

26.Maio.2010

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DOS CONSUMIDORES (DECO)

Luís Silveira (Direcção)

Filipe Fontoura (Adjunto do Secretário-Geral)

Ana Tapadinhas (Jurista)

Recebida por: GRUPO DE TRABALHO – REGULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA E DEFESA DO CONSUMIDOR

Deputado José Ribeiro (PS), Coordenador

Deputada Eurídice Pereira (PS)

Deputado Helder Amaral (CDS-PP)

Deputado Pedro Filipe Soares (BE)

Assunto: *Actividade, enquadramento e propostas para o sector da defesa do consumidor.*

Intervenção

inicial: O Senhor Deputado José Ribeiro começou por dar as boas-vindas à delegação da DECO, apresentando de seguida os Senhores Deputados presentes, bem como os objectivos do Grupo de Trabalho e respectivo mandato.

Síntese: A Direcção da DECO efectuou uma intervenção de enquadramento da actividade da Associação, dando conta do seu historial e da visão da DECO sobre a defesa do consumidor¹. Considerou importante o contacto mais próximo com a Assembleia da República, nomeadamente no contexto das disposições do Tratado de Lisboa sobre o relacionamento da União Europeia com os Parlamentos Nacionais. Recordou que o princípio da informação ao consumidor não é suficiente para a sua defesa, e que a concorrência deve ser considerada como um instrumento e não um fim em si mesmo.

¹ A documentação entregue faz parte do espólio do Grupo de Trabalho, podendo ser consultada na página internet do mesmo.

Foram apresentadas propostas específicas, como a nomeação das Entidades Reguladoras pela Assembleia da República, a discriminação positiva das Associações de Defesa do Consumidor (nomeadamente no acesso a informação e financiamento), o aprofundamento dos mecanismos de incorporação dos interesses dos consumidores, bem como a alteração do sistema de resolução alternativa de litígios de consumo.

Intervenções: O Senhor Deputado José Ribeiro solicitou o envio do estudo sobre as entidades reguladoras, questionando de seguida a DECO sobre o ponto de situação da directiva dos consumidores, a rede telemática de informação comum (RTIC)², o alargamento territorial dos centros de arbitragem, a segurança de bens e serviços de consumo, a taxa de disponibilidade e, ainda, a legislação de avaliação do risco no crédito ao consumo.

A Senhora Deputada Eurídice Pereira usou da palavra para colocar questões sobre o funcionamento da rede de centros de arbitragem e os resultados alcançados.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares questionou a DECO sobre a influência das Associações de Defesa dos Consumidores em termos de presença nos conselhos consultivos / tarifários das Entidades reguladoras, a adesão das Entidades reguladoras à RTIC, a política de formação de preços do sector energético, o relacionamento com o Banco de Portugal em matéria de produtos financeiros para os consumidores e a opinião da DECO sobre o impacto das alterações das taxas de imposto, em particular do IVA e do IRS.

A delegação da DECO usou da palavra para responder às diversas questões colocadas pelos Senhores Deputados presentes, manifestando, ainda, a disponibilidade para uma visita do Grupo de Trabalho à Associação.

O Senhor Deputado José Ribeiro agradeceu, desde logo, o convite para a visita, a apresentação e as informações e esclarecimentos prestados pela DECO, bem como as questões colocadas pelos membros do Grupo de Trabalho.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante deste relatório.

² <http://rtic.consumidor.pt> .



COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Palácio de S. Bento, 26 de Maio de 2010.